

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS TRABALHADORES DA
COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA NO ACESSO AOS SERVIÇOS
PÚBLICOS, EM MEIO A UM SISTEMA DE “FÁBRICA COM VILA
OPERÁRIA” (1940-1950).**

Anna Maria Litwak Neves

Universidade Federal de Pernambuco

anna.litwak@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Paulista (PE), localizada da Região Metropolitana do Recife (RMR), tem seu passado atrelado a uma poderosa indústria têxtil, que não apenas moldou a paisagem do município, como também se configurou como o principal pilar da economia local durante a primeira metade do século XX. A Companhia de Tecidos Paulista (CTP), de propriedade da família Lundgren (empresários de ascendência sueca, radicados no Brasil desde o século XIX), tinha um patrimônio que não se resumia apenas ao seu parque industrial, com suas duas fábricas (fábrica Velha e fábrica Aurora), mas também possuía terras que ultrapassavam os limites do próprio município.

No início dos anos 1950, a cidade de Paulista era dividida em quatro áreas: o centro, onde se localizavam não apenas as fábricas, como também as casas da vila operária; e os distritos de Abreu e Lima, Paratibe e Praia da Conceição. Todos esses distritos se mesclavam com territórios da Companhia, de forma que havia um paradoxo emblemático entre a autoridade patronal, enquanto “governo local de fato” (LOPES, 1988), e a autoridade oficial, representada tanto pela Prefeitura e pela Câmara dos Vereadores (em nível municipal), quanto pelo Governo do Estado.

Isso criava uma situação, de certa forma, constrangedora para o poder público, o que suscitava discussões, especialmente, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado (ALEPE). Esses debates giravam em torno da dimensão da dominação de uma pessoa jurídica sobre uma cidade, onde os parlamentares se dividiam entre a defesa da empresa e os questionamentos com relação às posturas da CTP dentro dos seus

territórios. É importante ressaltarmos que, nesse contexto, estavam em jogo questões fundamentais para a população local, questões estas que tinham impacto direto no acesso aos serviços essenciais para os moradores: o acesso limitado à moradia, a carência de escolas, a falta de unidades de saúde, dentre outros fatores.

Telma Correia de Barros (2001, p. 90-92) chama a atenção para a complexidade existente nessa dicotomia entre cidade e propriedade privada no município de Paulista, município este tido por muito tempo como uma “cidade incompleta”, que precisava ser libertada. A “libertação” de Paulista do domômínio da empresa se tornara uma pauta fundamental, que, a partir dos anos 1940, começa a ser discutida com mais ênfase, em vários momentos e espaços distintos.

Do ponto de vista da moradia, o sistema de “fábrica com vila operária”, utilizado pela CTP e por outros estabelecimentos industriais contemporâneos, não somente agravava o déficit habitacional, como se constituía em um método de dominação e retenção de mão de obra extremamente eficiente, no qual os patrões se apresentavam, de forma “paternalista”, como os provedores da casa e dos serviços básicos para o operariado (SANTOS, 2017), em substituição ao Estado. Tanto em Paulista quanto em Rio Tinto (PB), outro empreendimento de mesmo porte e do mesmo grupo empresarial, o padrão de “fábrica com vila operária” era mantido e reforçado, conforme nos mostra Eltern Vale (VALE 2008), em seu estudo sobre a CTP na Paraíba.

Para ter acesso a uma casa na vila operária, os tecelões deveriam garantir o próprio vínculo trabalhista com a empresa, assim como também se tornava fundamental que os seus familiares trabalhassem para a Companhia, incluindo os filhos e filhas menores de idade. A mentalidade de valorização do “trabalho” enquanto dever social do grupo operário, extremamente presente no “sistema Paulista”, preparava os corpos para servirem ao capital (CHALHOUB, 2001) desde a infância.

Havia também, dentro desse sistema, a disciplinarização da mão de obra através do domínio da vida social em um ambiente onde tudo pertencia à empresa, de forma que o ócio e o lazer eram controlados pelos industriais. Os clubes, festas e esportes foram, inicialmente, patrocinados pela CTP. Isso não significa afirmar, no entanto, que os

tecelões de Paulista não criaram estratégias próprias para exercer sociabilidades fora das rédeas patronais. Contudo, havia nítidas dificuldades para a fundação de associações de classe, tendo o primeiro sindicato oficial sido fundado apenas em 1942¹.

Durante o Estado Novo, Agamenon Magalhães, então interventor federal (1937-1945), entrou em atrito com os Lundgren, devido não apenas ao seu desejo de ampliar a gerência do Estado sobre áreas nas quais o poder público tinha dificuldade de penetrar, como também por causa da sua crítica ao latifúndio improdutivo (PANDOLFI, 2015), direcionada não apenas aos coronéis² de Paulista, como também aos latifundiários da Zona da Mata canavieira.

Nas páginas do seu jornal, a *Folha da Manhã*, era frequente que Agamenon direcionasse críticas (ora veladas, ora diretas) à Companhia de Tecidos Paulista, ressaltando o tamanho do patrimônio empresarial em contraste com a pouca produtividade em suas terras. Assim como Agamenon Magalhães, outros políticos da mesma linha partidária e de outras vertentes, tal qual os comunistas, faziam denúncias relacionadas aos trabalhadores, denúncias estas que compreendiam não apenas a violência promovida por capangas e vigias da CTP na região, como também a dificuldade para os trabalhadores conseguirem moradia.

Nesse artigo, abordaremos, de forma breve, a situação geral dos trabalhadores da Companhia e da população de uma forma mais ampla, elucidando algumas destas questões, sobretudo a partir do prisma da *Folha do Povo*, jornal operário pernambucano e um importante veículo de reivindicação de questões ligadas à classe trabalhadora. Também retomaremos aspectos presentes nos debates entre os deputados na ALEPE, especialmente no fim dos anos 1940 e início dos anos 1950, período no qual importantes mudanças, como as desapropriações de terras para interesse público, começaram a surgir.

¹ As atas do “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassú” revelam que a entidade de classe foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 06 de dezembro de 1942.

² O termo “coronéis”, aqui presente, refere-se a forma como os Lundgren eram popularmente conhecidos em Paulista, especialmente entre operariado.

2 OS TECELÕES DE PAULISTA E A DIFICULDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A cidade de Paulista possuía uma população significativa por volta de 1950. De acordo com o censo demográfico (IBGE, 1952, p. 16), 48.103 pessoas residiam no município, divididas entre as 4 regiões. Do total de 11.912 pessoas tidas como “pessoal ocupado”, segundo o censo industrial (IBGE, 1956, p. 213), Paulista possuía 7.785 trabalhadores declarados na categoria “operários”.

Essa quantidade de operários era inferior apenas aos números de Recife, capital do Estado e detentora de mais estabelecimentos industriais. Nesse ínterim, é importante ressaltar que há controvérsias sobre o real número de operários em Paulista, uma vez que a Companhia de Tecidos Paulista costumava empregar, em seus quadros, trabalhadores sem carteira assinada, e, portanto, não declarados nas estatísticas oficiais, sendo esse um mecanismo de burla de direitos trabalhistas e previdenciários muito utilizado pelos Lundgren (NEVES, 2019, p. 68-69).

O índice de pessoas acima dos 5 anos que sabiam ler ou escrever, de acordo com o mesmo censo demográfico, girava em torno de 35%, número incipiente, se considerarmos que se tratava de um grupo operário bastante numeroso. Dois motivos podem ser elencados para explicar os altos índices de analfabetismo: as longas e exaustivas jornadas de trabalho nas fábricas, que dificultavam a frequência e o aproveitamento escolar, e a carência de estabelecimentos educacionais para atender à população.

Em 1949, apenas dois grupos escolares estavam em atividade, sendo um no centro da cidade e outro em Abreu e Lima. Havia também uma escola técnica vinculada ao SENAI, porém não há registros claros do número de operários que essa escola atendia, nem se a alfabetização desses operários estava em evidência dentro de uma realidade de ensino técnico voltado, sobremaneira, para as atividades na tecelagem.

No dia 16 de setembro de 1949, o *Diário de Pernambuco* noticiou que estava em tramitação, na ALEPE, um projeto de abertura de crédito para a construção de uma escola rural em Paratibe, conforme trecho abaixo:

Ainda na sessão de ontem, foram apresentados dois projetos, um dos quais de autoria do sr. Torres Galvão, autorizando o governo a desapropriar, por utilidade pública, um hectare de terra no município de Paulista, afim de ser construída na vila de Paratibe, uma escola típica rural, com recursos financeiros da União. O distrito conta 5000 habitantes e não dispõe de qualquer espécie de educandário. (O governo continua a ser severamente criticado pela Coligação. *Diário de Pernambuco*, p. 03, 16 set. 1949)

O que a reportagem não deixou explícito foi o percurso que o poder público levou para conseguir a doação de terras para a construção da referida escola, em Paulista. O próprio autor do projeto de desapropriação de terras para a construção do educandário em Paratibe, deixava claro, no texto de justificativa do projeto, a dificuldade de se construir prédios de interesse público nos terrenos privados da CTP. Para a construção de uma outra escola na Praia da Conceição, por exemplo, foram necessárias várias negociações para concretizar uma única doação de terreno:

Pelos últimos convênios firmados entre a União e o Estado de Pernambuco para a construção de escolas típicas rurais, coube ao município de Paulista direito a duas unidades escolares. Sendo o distrito da sede e o distrito de Abreu e Lima servidos por Grupos Escolares ambos construídos pelo Município, nada mais justo do que dotar os distritos da Praia da Conceição e Paratibe, respectivamente, dessas escolas rurais. Com imensos esforços conseguimos, através de amigos comuns, que a Companhia de Tecidos Paulista doasse o terreno para a escola do primeiro dos aludidos distritos, a qual se acha em construção. (Estado de Pernambuco. *Diário Oficial*: Diário do Poder Legislativo. Recife, 18 out. 1949, p. 1589)

Além da questão educacional, o acesso aos serviços de saúde era igualmente precário no município. A primeira unidade sanitária estadual foi fundada apenas em 1950, de forma que, até esse ano, não havia quase nenhum médico³ atuando na região. Mesmo após a fundação da unidade sanitária e de uma policlínica construída pela Companhia (Policlínica Ana Elizabeth), no mesmo ano, a cidade acumulava índices alarmantes de tuberculose, doença muito presente no meio operário. A mortalidade

³ As atas do sindicato revelam que, em 29 de abril de 1944, uma operária, de nome Maria Nogueira Cavalcanti, chegou a falecer por falta de assistência médica, devido a um parto em que sofreu complicações.

anual de tuberculosos, em Paulista, chegava a vitimar 150 pessoas por ano (*Folha do Povo*, 1950).

Outro problema fundamental, enfrentado pelo operariado, se relacionava à moradia. As casas da vila operária eram de propriedade da Companhia, de forma que o trabalhador tinha dificuldade de conseguir habitações fora dos territórios da CTP. Uma operária, ao ser indagada sobre a situação da moradia em Paulista, respondeu à *Folha do Povo* que:

Vivemos aqui como quem está num campo de concentração. Salário miserável, nenhum direito até mesmo uma cozinha nossa que todos os trabalhadores desejam ter, não podemos possuir. Aqui tudo pertence à Companhia. (Estupidamente explorados os operários de Paulista. *Folha do Povo*, 07 abr. 1950)

Parte dessa questão estava intimamente ligada à perseguição aos mocambos (pequenas habitações populares com estrutura precária e sem saneamento), perseguição esta que ganhou maior projeção nos anos 1930. Em Recife, assim como em outros locais, incluindo Paulista, os mocambos eram associados à insalubridade, sobretudo durante a onda de modernização – em um sentido burguês da palavra – urbanística, característica deste período (PONTUAL, 1999).

A “solução” encontrada pelo poder público para a questão dos mocambos perpassava a demolição deles e a posterior construção de casas tidas como “higiênicas”, o que fornecia argumentos para os estabelecimentos fabris investirem em vilas operárias com habitações nas quais os operários assumiam o papel de inquilinos, não tendo, portanto, a propriedade das casas.

Nesse contexto, os mocambos que permaneceram em Paulista se localizavam em regiões distantes do centro, de forma que eram mais utilizados por trabalhadores que tinham status inferior dentro da própria CTP, como os operários informais e rurais. Em mais uma notícia da *Folha do Povo*, fica caracterizado que, ainda nos anos 1950, essa política de perseguição às habitações populares continuava em vigor.

Um grupo de moradores de Paratibe, localidade relativamente distante da vila operária, denunciou a extorção, por parte da Prefeitura de Paulista, aos proprietários de

mocambos, que eram obrigados a desembolsar valores altos para terem o direito de permanecer com a posse da construção:

O prefeito reacionário do município de Paulista quer aumentar as rendas municipais às custas dos proprietários de mocambo.

Os moradores de Severino Pacífico, em Paratibe, 3º Distrito daquele município estão protestando contra a atitude do edil que está exigindo mais cento e sessenta cruzeiros de cada um deles, depois de terem pago suas licenças para construir os seus mocambos e as respectivas coletas.

Diante da recusa dos proprietários de se submeterem à extorção do serviço dos Lundgren, o prefeito Queiroz ameaça a população com a polícia e a tomada de suas casas. (O prefeito de Paulista escorcha os moradores de Paratibe. *Folha do Povo*, 01 ago. 1950)

A problemática da falta de moradias surgia também na ALEPE, especialmente por meio de intervenções promovidas pelo deputado estadual Antônio Torres Galvão, aliado político de Agamenon Magalhães e antigo dirigente sindical de Paulista. Torres Galvão, desafeto declarado dos Lundgren, não apenas foi autor de um projeto de lei para a construção de casas populares, como também foi o principal articulador, na Assembleia Legislativa, de outro projeto para desapropriação de terras para interesse público, especialmente relacionado à construção de novas zonas residenciais e comerciais, livres dos domínios da CTP.

Esse projeto, que começou a tramitar na Câmara dos Vereadores de Paulista e foi remetido à ALEPE para ser promulgado, tinha como objetivo inicial desapropriar terras⁴ da área central da cidade. Ele era, também, parte de uma estratégia de Torres Galvão e seus aliados em Paulista, que visava quebrar o monopólio dos donos da CTP sobre a região da vila operária. Entretanto, por questões sobretudo políticas, as negociações pouco avançaram nesse sentido, de forma que só foi possível, ao final da tramitação do projeto, desapropriar uma área distante do Centro, conforme texto abaixo:

Art. 1º - Fica desapropriada por utilidade pública, ad referendum da Assembléia Legislativa do Estado, uma área de 500.003,2m² (Quinhentos mil e três metros quadrados), no Engenho Paulista, de propriedade da Companhia de Tecidos Paulista, abrangendo ambos os lados da rodovia inter-estadual Recife-João Pessoa nos limites Sul da cidade do Paulista.

⁴ É importante ressaltar que as discussões sobre as desapropriações de terras em áreas particulares se tornaram possíveis, sobretudo, após a promulgação da Constituição Estadual de 1947, que proibia que sedes de municípios se localizassem em terras de pessoas físicas ou jurídicas.

§ Único – A área de que trata êste artigo destina-se à expansão da cidade do Paulista, mediante a construção de bairros residenciais e Comerciais (...). (Estado de Pernambuco. *Diário Oficial*: Diário do Poder Executivo. Recife, 05 jan. 1950, p. 66)

Para além da questão habitacional, outro assunto era objeto de questionamentos e denúncias, tanto no âmbito parlamentar quanto nas páginas da imprensa operária. A atuação de capangas, em Paulista, era corriqueira, de forma que muitos vigias e funcionários de confiança dos Lundgren agiam de forma violenta com os operários. A ausência de maior controle do Estado sobre a segurança pública no município favorecia a ação de capangas, que atuavam como braço armado do patronato.

A “capangagem” existente na região pode ser evidenciada no cotidiano dos trabalhadores, sobretudo na forma de queixas relativas à violência empreendida por esses agentes privados contra tecelões tidos como indisciplinados:

TOMAM novas proporções as arbitrariedades dentro das fábricas dos nazistas Lundgrens, em Paulista.

O operário Juvino, quando carregava farelo ia guardando os sacos a fim de não se perder. Um vigia deu parte, alegando que ele estava guardando os sacos para vender em seu benefício.

Juvino foi chamado à presença do gerente Almeida. Quando procurou explicar a falsidade da denúncia, o atabiliário Almeida puxou de um revólver, dois capangas que o acompanhavam fizeram o mesmo, ameaçando de “meto-lhe uma bala na cabeça se falar”.

(...) Na fábrica Aurora foi desencadeado o terror contra o fundidor Francisco Veridiano. Estando há muito doente, aquele velho operário pediu e conseguiu dos seus superiores, a permissão para ir diariamente tomar injeção numa farmácia próxima a fábrica. No dia 13 último, porém, quando voltou da farmácia, o contra-mestre havia retirado o seu ajudante. Procurou naturalmente saber do motivo, e foi agredido a socos pelo mesmo.

Achando-se bastante doente e não podendo oferecer qualquer resistência, Veridiano foi queixar-se ao mestre Severino Luiz, pai do estúpido agressor. Este, junto com outro filho, passaram também a agredir o operário fundidor, que foi espancado barbaramente. (Demissões e espancamentos em Paulista. *Folha do Povo*, 19 jul. 1950)

Essas situações não se resumiam apenas ao interior das fábricas, de forma que atingia trabalhadores que se tornavam desafetos dos Lundgren pelo fato de se organizarem para reivindicar direitos. Operários ligados a reivindicações eram abruptamente expulsos de Paulista, ou até mesmo tinham suas casas depredadas, ao contrariar os interesses da Companhia. Foi o caso denunciado pelo casal Maria das

Mercês e Manoel José do Nascimento. Manoel José era trabalhador da fábrica há 26 anos, quando teve a casa em que morava arbitrariamente destelhada por capangas da empresa, em retaliação ao tecelão, por ele defender o recebimento do Abono de Natal. Maria das Mercês disse que seu marido:

“(..) há 26 anos que trabalha para a Companhia e nós vivemos morrendo de fome. Estamos vivendo aqui com Cr\$ 60,00 por semana, é quanto ele traz da fábrica (...).

Diante disso, meu marido, tem procurando melhorar a nossa situação e junto com outros operários vem se batendo para que a Companhia lhe conceda um abono de natal. A nossa casa vem servindo de sede para a Comissão. Por isso Manoel José”, prosseguiu aquela senhora, “foi suspenso do trabalho e ontem chegou aqui um caminhão cheio de capangas e fizeram isso que o sr. está vendo.” (Crime monstruosos contra os trabalhadores. *Folha do Povo*, 30 dez. 1950)

Esses crimes não passavam despercebidos às autoridades, embora a leniência em solucioná-los se tornava um problema complexo, uma vez que havia certa conivência do poder público com a situação. Da mesma forma que o déficit habitacional, os deputados estaduais debatiam a questão da capangagem em Paulista. Nesse sentido, Paulo Cavalcanti era uma das vozes mais ativas na ALEPE. Em discurso de 10 de outubro de 1949, o deputado comunista fala sobre o clima de perseguição aos trabalhadores da CTP:

Sr. Presidente, srs. deputados: é notória, em Pernambuco, a exploração a que vivem sujeitos os operários de Paulista. Notório, também, senhor presidente, é o clima de intranquilidade, de perseguição, que ali predomina com a complacência das autoridades policiais, muitas delas até profundamente comprometidas com os desmandos do poder econômico dos Lundgren.

Não adiantou que a Carta Magna de Pernambuco extinguisse, num dos seus dispositivos, a capangagem no interior, porque, srs. representantes, ela existe plena e efetivamente no município de Paulista, às barbas das autoridades responsáveis pela segurança do povo daquela comuna. É tão grande, sr. Presidente, srs. representantes, a capangagem dos Lundgren, que há poucos dias, em conversa com um dos magistrados daquela comarca, dele ouvi, com espanto, que todos os sentenciados, com os benefícios do livramento condicional na comarca de Paulista, faziam parte do corpo de vigias das Fábricas de Tecidos daquela cidade. Eram, por assim dizer, capangas dos latifundiários. (Estado de Pernambuco. *Diário Oficial*: Diário do Poder Legislativo. Recife, 07 out. 1950, p. 1230)

Em seu livro de memórias, ele próprio relata ter sido vítima de um atentado promovido pelos Lundgren, em represália ao seu posicionamento contrário à cassação de um vereador da cidade, por ocasião do fim do registro do Partido Comunista do

Brasil, em 1947 (CAVALCANTI, 1978, p. 243). Isso significava que, mesmo autoridades poderiam ser vítimas de ataques de capangas da empresa, de forma que não apenas os trabalhadores sofriam com essas ameaças.

A própria ação desses capangas era um meio de limitar o poder de reivindicação do operariado, pois a capangagem criava um clima de medo entre um grupo operário que precisava exigir não apenas melhores salários, mas também denunciar os problemas existentes na sua “cidade incompleta”, seja por meio de veículos próprios de comunicação (como a *Folha do Povo*), seja através do canal de comunicação existente entre esses trabalhadores e os deputados mais inclinados a defender seus interesses.

Para os trabalhadores da CTP, era fundamental que suas queixas se tornassem visíveis perante às autoridades, uma vez que esses tecelões, a nível municipal, pouco tinham instâncias para recorrer, justamente por essas instâncias estarem atadas aos domínios da empresa. Dessa forma, a ação do operariado, seja no enfrentamento diário aos capangas, seja na forma de denúncias, tornava essas questões públicas, o que influenciou na lenta quebra do poder da Companhia sobre as terras municipais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de “fábrica com vila operária” foi, durante muito tempo, fundamental para a retenção da mão de obra e para o controle da mesma, de forma que, não havia no município, durante quase toda a primeira metade do século XX, alternativa possível de sobrevivência para os trabalhadores, fora dos domínios da empresa. Tanto as casas quanto os serviços essenciais da população eram de responsabilidade da CTP, colocando os Lundgren em uma posição de poder acerca de tudo o que acontecia em seus territórios.

A carência de serviços ofertados pelo Estado afetava, de forma significativa, a população da cidade. Os altos índices de analfabetismo comprovavam que, além da jornada de trabalho ser um impecilho para a educação dos trabalhadores, a falta de escolas influenciava na manutenção desses números. Uma vez que o próprio poder

público não conseguia, ao menos antes dos anos 1940, construir livremente prédios de interesse coletivo em Paulista, tampouco poderia solucionar questões como estas. Mesmo quando se tratava da saúde pública, assunto de extrema preocupação por parte das autoridades, o Estado penetrava de forma lenta no âmbito da cidade, o que contribuía para o avanço de doenças como a tuberculose, responsável pelo aumento nos índices de mortalidade.

A questão do déficit habitacional também surgia, nesse ínterim, como mais um desafio para os trabalhadores. Devido ao fato que as casas da vila operária não eram de propriedade dos operários, a Companhia podia expulsar, a qualquer momento, as famílias de suas residências, ou até mesmo utilizar-se de métodos diversos de coação da mão de obra, como a depredação intencional de imóveis ocupados por tecelões que reivindicavam direitos. Para isso, a empresa recorria, sobretudo, à “capangagem”, como meio mais imediato de intimidação.

No entanto, é importante ressaltar que os trabalhadores da CTP, mesmo dentro de um ambiente totalmente vigiado, conseguiam se articular para que suas denúncias e insatisfações chegassem às autoridades, muitas vezes provocando discussões importantes sobre as dicotomias entre o “público” e o “privado” em Paulista. Nesse sentido, tanto a imprensa (sobretudo a operária), quanto a presença, na ALEPE, de deputados mais sensíveis à causa operária, se constituíam enquanto peças-chave na concretização de mudanças.

Paulatinamente, durante os anos 1940 e início dos anos 1950, as reivindicações dos moradores de Paulista começaram a se converter em um movimento progressivo de “libertação” da cidade”. Isso se deu, sobretudo, a partir de 1947, quando as desapropriações de terras para interesse público se tornaram um importante mecanismo de penetração da esfera estatal nas terras anteriormente pertencentes à Companhia.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi*. Da coluna Prestes à queda de Arraes. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], n. 4, p. 83, maio 2001. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/59>>. Acesso em: 08 ago. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n4p83>.

ESTATÍSTICA, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E. *Estado de Pernambuco: censos econômicos. Série Regional. Censo Industrial*. Rio de Janeiro: v. XVII, t.2, p. 213, 1956.

—. *VI Recenseamento Geral do Brasil. Censo Demográfico (Estado de Pernambuco)*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 16, 1952.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem nos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

NEVES, Anna Maria Litwak. *O direito que temos é o de morrer de fome: os trabalhadores da Companhia de Tecidos Paulista e a busca por direitos na Justiça do Trabalho (1950-1952)*. 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon: consolidação e crise de uma elite política*. 2.ed. Recife: Editora Massangana, 2015.

PONTUAL, Virgínia Pitta. O urbanismo no Recife: entre idéias e representações. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], n. 2, p. 89, mar. 2000. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/39>>. Acesso em: 01 ago. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2000n2p89>.

SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. *A fábrica de Tecidos da Macaxeira e a vila dos operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)*. 2017. 475f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. 2008. 225f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.